8 de junho: greve e concentração no Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa

29 Maio, 2017

O impasse, a inflexibilidade e a não evolução negocial da administração face às propostas sindicais, apresentadas a 28 de abril, obrigaram os sindicatos a decretar greve e concentração à porta do hospital.

A administração da Sociedade Gestora do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa (HCVP) avançou com a rutura do Acordo de Empresa (AE) ao apresentar a sua denúncia, num processo negocial iniciado há um ano atrás.

Assente numa proposta minimalista e, em muitos aspetos, inferior à legislação laboral, o HCVP assume o objetivo de fazer caducar o AE em vigor, que foi publicado em 2003 e alterado em 2008.

A empresa alega pretender alcançar uma maior competitividade com outras unidades privadas que não estão "amarradas" a um AE e, assim, justifica a eliminação de direitos consagrados neste acordo, e que foram conquistados ao longo de sucessivas lutas de gerações de trabalhadores.

Em síntese, estas são as questões fraturantes entre a administração do HCVP e os sindicatos:

- Carga horária de trabalho de 8 horas/diárias e 40 horas/semanais;
- Utilização de todos os instrumentos possíveis para a desregulamentação dos horários de trabalho, podendo atingir as 12 horas/dia e 60 horas/semanais;
- Obrigatoriedade de trabalho noturno com a antecedência mínima de 24 horas e pagamento de suplemento de apenas 7 horas (das 00h00 às 07h00);

- Inexistência de pagamento e/ou compensação por trabalho em dias e horas penosas (sábados, domingos, feriados ou períodos noturnos);
- Redução do valor do trabalho suplementar para metade (50%) ou até menos, apesar do aumento da sua obrigatoriedade até às 200 horas/ano;
- Eliminação do valor compensatório do trabalho por turnos no período de férias;
- Redução do período de férias e possibilidade de marcação unilateral de férias por parte do HCVP em qualquer altura do ano;
- Eliminação total de toda a componente social da empresa;
- Manutenção do congelamento salarial (os salários não são aumentados há cerca de 6 anos).

Na defesa dos direitos e do atual Acordo de Empresa, todos os trabalhadores deverão estar disponíveis para combater e recusar esta perda de direitos que a empresa quer impor. Só a luta e a contestação permitirão alterar a posição cristalizada da administração.

As organizações sindicais (Sindicato da Hotelaria do Sul, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e Sindicato Profissionais Farmácia e Paramédicos), representativas dos trabalhadores da empresa, vão promover, de acordo com o que foi decidido nos plenários, uma Greve a 8 de junho:

- **Concentração junto ao portão do hospital, a partir das 7 horas;**
- **Conferência de imprensa pelas 10 horas.**